

1a

Série

Filosofia

MATERIAL  
DIGITAL

# Consensos acerca da cidadania para todos

## Conteúdos

- A importância do estabelecimento de acordos e consensos sobre a cidadania para todos.
- O significado dos estatutos que reconhecem e protegem cidadãos com diferentes identidades.

## Objetivos

- Contextualizar os estatutos em referência à Constituição Federal de 1988.
- Compreender os estatutos como mecanismos de reconhecimento e redistribuição.



## Um mundo cheio de problemas

Após assistir ao vídeo, reflita e dialogue com o seu colega para responder a questão a seguir:

- **As políticas públicas são pensadas para resolver quais tipos de problemas?**



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO AGU. AGU Explica – Políticas Públicas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KKi5ykVPpiY&t=2s>. Acesso em: 17 jun. 2025.

# Redistribuição e reconhecimento

- Nancy Fraser argumenta acerca da necessidade de enfrentar injustiças sociais integrando, de forma equilibrada, justiça econômica (redistribuição) e o reconhecimento de diferentes identidades culturais visando à solidariedade.
- Fraser defende que políticas públicas devem buscar formas de superar a pobreza e as diferentes formas de exploração de indivíduos e grupos. Entretanto, destaca que muitas injustiças derivam do desrespeito a certas identidades étnico-raciais, de gênero e geração, entre outras.
- Vale destacar que, para Fraser, o reconhecimento não pode se resumir à adoção de políticas de valorização de diferenças culturais. É fundamental, segundo a filósofa, oferecer condições materiais capazes de promover justiça econômica.

“ [...] O argumento aqui apresentado implica que a estrutura da sociedade moderna é tal que nem a subordinação de classe nem a subordinação de status podem ser adequadamente entendidas se isoladas uma da outra [...] apenas se buscarmos abordagens integradoras que unam redistribuição e reconhecimentos podemos atender aos reclamos de justiça para todos.”

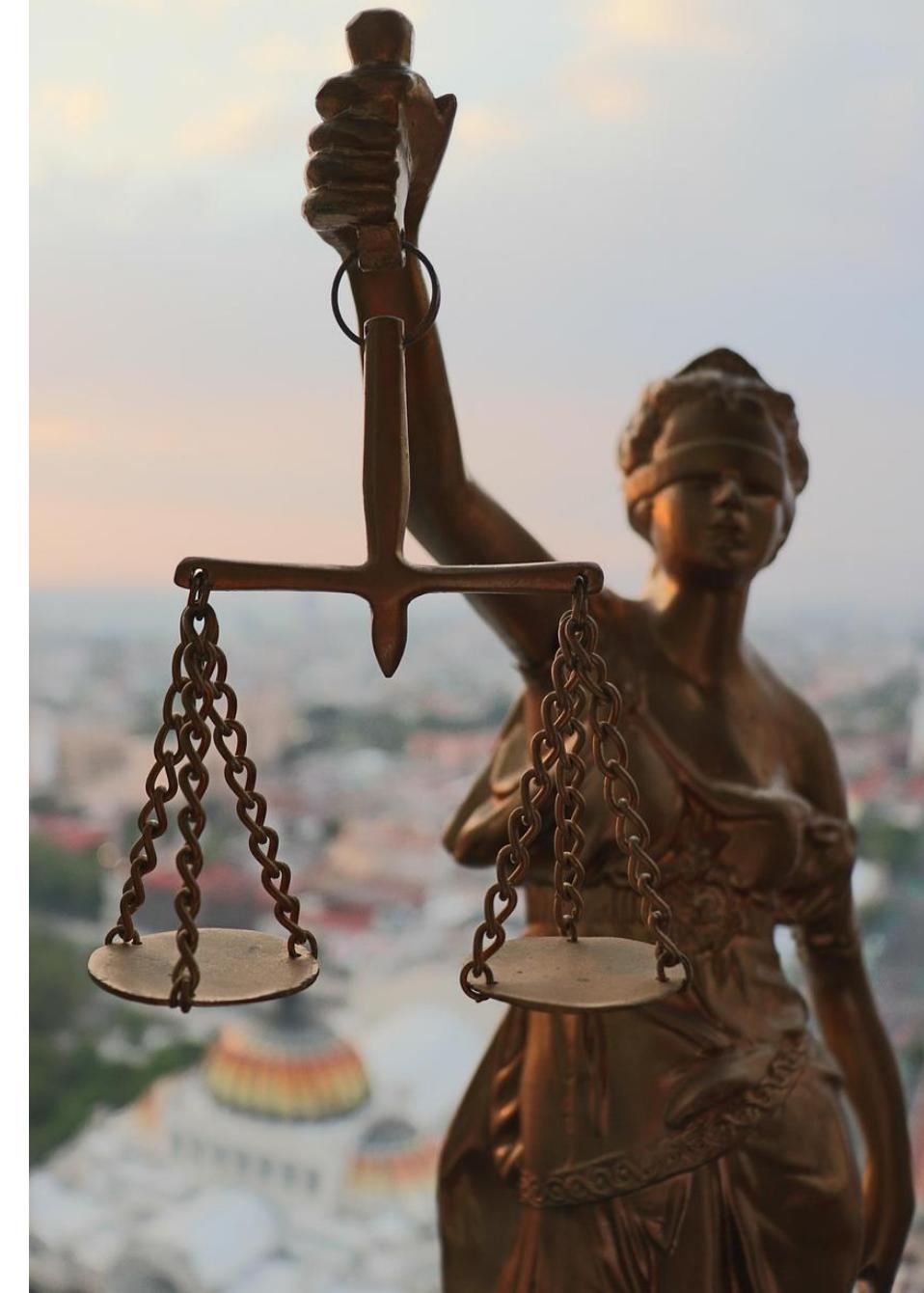
(FRASER, 2002)

# Estatutos e o reconhecimento público

Estatutos como o da Criança e do Adolescente, da Pessoa Idosa, da Igualdade Racial, da Pessoa Deficiente, assim como a Lei Maria da Penha, entre outros, visam garantir o direito de toda pessoa ao desenvolvimento pleno da sua identidade e personalidade, sem preconceitos nem discriminações.

O reconhecimento público da diversidade humana e de que todos os seres humanos como iguais demanda o reconhecimento da identidade de cada indivíduo, assim como o reconhecimento da cultura dessa pessoa, devendo-se respeitar seus costumes e maneira de ver e viver no mundo.

Fonte: LOPES; MAIA, 2012.



## Foco no conteúdo

Políticas de reconhecimento buscam resolver problemas gerados pela discriminação. Essa discriminação muitas vezes causa injustiças econômicas.

O objetivo é assegurar o respeito à dignidade de cada pessoa em um Estado Democrático de Direito, como analisado por Nancy Fraser.

**As políticas de reconhecimento, através de Leis e Estatutos, garantem direitos!**

Isso é crucial, especialmente quando certos grupos sociais têm seus direitos negados por parte da sociedade.



© Pixabay

Essa negativa em reconhecer direitos evidencia a necessidade de políticas públicas para **romper com práticas discriminatórias e de exclusão que geram e aprofundam desigualdades sociais e econômicas**.

Fonte: LOPES; MAIA, 2012.

## A demanda da Constituição de 1988 por políticas de reconhecimento

O Artigo 3º, da Constituição de 1988 traz objetivos fundamentais para a sociedade brasileira que se relacionam com a perspectiva de redistribuição e reconhecimento.

*Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:*

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;*
- II - garantir o desenvolvimento nacional;*
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;*
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.*

(BRASIL, 2023)



**Pause e responda**

## Leis e estatutos

 2 minutos

De acordo com a Constituição Federal do Brasil, algumas leis e estatutos orientam para a correção de desigualdades sociais e econômicas e para a valorização de identidades e culturas. O que essas leis e os estatutos têm em comum?

**Corrigem desigualdades sociais produzidas por planos econômicos a partir de 1988.**

**Tratam exclusivamente de barreiras econômicas que afetam grupos específicos.**

**Corrigem desigualdades sociais e econômicas e valorizam identidades e culturas.**

**São voltadas exclusivamente para a proteção física de grupos sociais mais vulneráveis.**

**Continua** 



**Pause e responda**

## Leis e estatutos

De acordo com a Constituição Federal do Brasil, algumas leis e estatutos orientam para a correção de desigualdades sociais e econômicas e para a valorização de identidades e culturas. O que essas leis e os estatutos têm em comum?

- |  |  |
|--|--|
| <p><b>✗ Corrigem desigualdades sociais produzidas por planos econômicos a partir de 1988.</b></p> <p><b>✗ Tratam exclusivamente de barreiras econômicas que afetam grupos específicos.</b></p> | <p><b>✓ Corrigem desigualdades sociais e econômicas e valorizam identidades e culturas.</b></p> <p><b>✗ São voltadas exclusivamente para a proteção física de grupos sociais mais vulneráveis.</b></p> |
|--|--|

# Políticas de reconhecimento

No âmbito do direito, **leis e estatutos** são normas jurídicas que **regulam a sociedade e as relações entre as pessoas**. As leis são redigidas e editadas por autoridades competentes. Os estatutos no âmbito das políticas públicas orientam para garantir direitos e deveres, e estabelecer mecanismos de participação e controle social.

**Você já ouviu falar de algum dos estatutos ou leis a seguir? O que eles têm em comum?**

- Estatuto dos Povos Indígenas (Estatuto do Índio). Lei n.º 6.001, de 1973.
- Estatuto da Criança de do Adolescente. Lei n.º 8.069, de 1990.
- Estatuto da Pessoa Idosa. Lei n.º 10.741, de 2003.
- Lei Maria da Penha. Lei n.º 11.340, de 2006.
- Lei n.º 11.645, de 2008 – Obrigatoriedade do ensino de “História e Cultura Afro Brasileira e Indígena”.
- Estatuto da Igualdade Racial. Lei n.º 12.288, de 2010.
- Estatuto da Juventude. Lei n.º 12.853, de 2013.
- Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei n.º 13.146, de 2015.



Leia os seguintes excertos e responda a questão que segue:

*Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.”*

(BRASIL, 2003)

*Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se:*

*[...] II - desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;*

*VI - ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.”*

(BRASIL, 2010)

A partir dos excertos, quais direitos têm sido historicamente negados a esses grupos e que por meio dos Estatutos, a sociedade brasileira visa corrigir? Cite exemplos.

## Resolução

*A partir dos excertos, quais direitos têm sido historicamente negados a esses grupos e que por meio dos Estatutos, a sociedade brasileira visa corrigir? Cite exemplos.*

A partir dos excertos, é possível identificar que esses grupos, historicamente, vêm sofrendo injustiças sociais em contexto econômico e de reconhecimento, por exemplo: o estatuto da pessoa idosa indica obrigações que remetem ao que tem sido negado aos idosos, por exemplo, ainda que se encontrem em condições de trabalho, encontram dificuldades de encontrar emprego. Existem, ainda, situações em que o idoso passa pela exclusão familiar não sendo considerado em decisões que afetam a todos, ou mesmo tendo seus saberes desqualificados, entre outros. Em relação ao que demanda o estatuto da igualdade racial é evidente que a exclusão da população preta de serviços e oportunidades, pessoas que por sua cor não foram contratadas para o trabalho formal, tiveram dificuldades de acesso e permanência na educação formal, tiveram suas manifestações culturais e religiosas marginalizadas e, dessa forma, as ações afirmativas têm a orientação para corrigir esse erro histórico.

Link para vídeo



**CURSO**  
Pensando a Política  
e a Democracia  
*com Marilena Chauí*  
**apresentação**

**Conepen** CONHECER E PENSAR

Veja o vídeo da filósofa Marilena Chauí e as suas considerações sobre as visões da política.

---

CONEPEN - CONHECER E PENSAR. **Curso – Pensando a Política e a Democracia com Marilena Chauí | Apresentação.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0r4jbYK6nFA&t=147s>. Acesso em: 17 jun. 2025.





No vídeo a filósofa Marilena Chaui apresenta três visões a respeito da política:

| PERCEPÇÃO       | CARACTERÍSTICA   |
|-----------------|--|
| Restritiva:     | realizada por profissionais                                    |
| Pejorativa:     | baseada em interesses pessoais                                 |
| Poder coletivo: | orientada para garantir, por meio de leis, direitos para todos |

Segundo a filósofa, a democracia subsiste na busca por igualdade, na criação e conservação dos direitos, assim como a sua expansão.

**Agora é com você! Responda:**

Leis e estatutos que visam adequar a sociedade e suas relações para garantir direitos para todos se relaciona com qual visão de política? Explique.

## **Resolução**

*Leis e estatutos que visam adequar a sociedade e suas relações para garantir direitos para todos se relaciona com qual visão de política? Explique.*

Segundo a filósofa Marilena Chauí, a garantia de direitos está relacionada à percepção da política como uma realização coletiva, voltada para garantir direitos para todos. Somente com esse tipo de percepção sobre o poder é que partidos políticos e candidatos se organizam para receber votos, apresentando uma plataforma política com a promessa de resolução de problemas comuns e que movimentos sociais podem existir e pressionar os ocupantes de cargos públicos, eleitos, a se empenharem na resolução de problemas sociais. Nessa percepção de política, o povo não é excluído, ele é convidado a participar ativamente das decisões que afetam a vida de todos.



Agora que você respondeu a questão, vamos exercitar o seu repertório desenvolvendo uma atividade criativa.

### **Crie uma campanha de conscientização sobre a importância da sociedade democrática para criar, conservar e expandir direitos para todos.**

- Escolham um tema ou viés para concentrar sua campanha tendo como referência os leis e estatutos (por exemplo: estatuto da Pessoa com Deficiência, da Criança e do Adolescente).
- A campanha pode incluir slogans, cartazes, jingle e áudios.



Considerando o que foi visto na aula de hoje, registre em seu caderno uma reflexão sobre a questão a seguir:

- Quais são os principais desafios na implementação desses estatutos?



## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm). Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm). Acesso em: 17 jun. 2025.

LEMOV, D. **Aula nota 10 3.0**: 63 técnicas para melhorar a gestão da sala de aula. Porto Alegre: Penso, 2023.

LOPES, A. M. D.; MAIA, R. E. F. Políticas públicas de reconhecimento para a defesa dos direitos humanos dos homossexuais. **Revista de Informação Legislativa**, v. 49, n. 194, 2012. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496579/000952686.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 jun. 2025.

ROSENSHINE, B. Principles of instruction: research-based strategies that all teachers should know. **American Educator**, v. 36, n. 1, Washington, 2012. pp. 12-19. Disponível em: <https://www.aft.org/ae/spring2012>. Acesso em: 17 jun. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Curriculum Paulista**: etapa Ensino Médio, 2020. Disponível em:

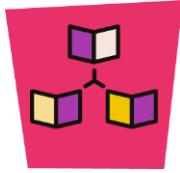
[https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2023/02/CURR%C3%8DCULO-PAULISTA-etapa-Ensino-M%C3%A9dico\\_ISBN.pdf](https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2023/02/CURR%C3%8DCULO-PAULISTA-etapa-Ensino-M%C3%A9dico_ISBN.pdf). Acesso em: 17 jun. 2025.

Identidade visual: imagens © Getty Images.

# Para professores



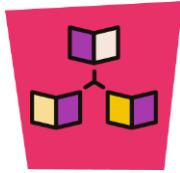
**Habilidade:** (EM13CHS403) Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos direitos humanos. (SÃO PAULO, 2020)



**Dinâmica de condução:** Nesse primeiro momento da aula, propomos que os estudantes assistam ao vídeo da AGU com a definição de política pública. Nessa atividade inicial, solicitamos o uso da técnica “virem e conversem” para que eles parem para pensar com o colega sobre o assunto e dar uma resposta para a questão proposta.



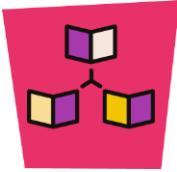
**Expectativas de respostas:** Espera-se que os estudantes respondam que a política pública tem o sentido de resolver os diferentes problemas da sociedade.



**Dinâmica de condução:** Neste momento, o recurso “pause e responda” atende à necessidade de verificar se os estudantes puderam assimilar as ideias apresentadas nos slides anteriores. Trata-se de uma pausa importante para sintetizar a compreensão da importância das leis e estatutos para corrigir desigualdades sociais e econômicas, assim como valorizar identidades e culturas. Nessa dinâmica, você pode apresentar a questão, ler junto aos estudantes e questionar se algum estudante deseja responder ou, de acordo com a disposição da turma, promover uma rápida votação e, neste caso, os estudantes podem votar levantando a mão para a alternativa que consideram correta.



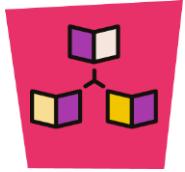
**Expectativas de respostas:** Espera-se que os estudantes respondam conforme o conteúdo, identificando a relevância das leis e estatutos na política de reconhecimento e redistribuição.



**Dinâmica de condução:** Nessa atividade prática, os estudantes são convidados para assistir ao vídeo da filósofa Marilena Chaui num breve comentário sobre diferentes percepções sobre a atividade política. Trata-se de um vídeo de divulgação, mas no nosso entendimento cumpre o objetivo de, ao apresentar visões distintas sobre a atividade política, promover a reflexão do estudante sobre a importância da participação para que essa atividade seja orientada para a busca de superação das desigualdades econômicas e para que todos sejam respeitados na sua diversidade. Após assistir o conteúdo do vídeo, os estudantes são convidados a responder uma questão sobre a relação entre a existência de leis e estatutos e uma visão política. Professor, essa atividade pode ser respondida por escrito ou oralmente.



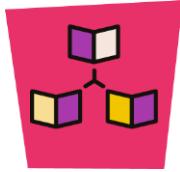
**Expectativas de respostas:** Espera-se que os estudantes respondam de acordo com as aprendizagens realizadas e com o conteúdo do vídeo.



**Dinâmica de condução:** Nessa atividade, os estudantes organizados em grupos devem refletir sobre as aprendizagens e apresentar um produto, uma campanha. Nesse momento, além de mobilizar repertório sobre o tema, os estudantes devem demonstrar capacidade de organização para a apresentação da campanha.



**Expectativas de respostas:** Espera-se que os estudantes reflitam eticamente e elaborem uma campanha considerando a importância da política e da democracia na criação e na ampliação dos direitos, assim como a necessidade desses direitos, contidos em leis e estatutos a serem divulgados e internalizados pelo conjunto da sociedade. Ou seja, que a existência de leis e estatutos não é suficiente para que as suas diretrizes e objetivos sejam atingidos, é fundamental que todos se envolvam e sejam responsáveis pela sua realização.



**Dinâmica de condução:** A atividade de encerramento pede para que os estudantes reflitam e elaborem uma resposta escrita sobre os desafios para a implementação dos estatutos e leis que visam garantir direitos para todos.



**Expectativas de respostas:** Espera-se que os estudantes reflitam eticamente e elaborem uma resposta considerando a necessidade dos estatutos e leis de correção das desigualdades de direitos e que os desafios para a sua implementação decorrem principalmente da compreensão de que não basta a lei, é preciso que todos se envolvam na sua realização. Dessa forma, o desafio é conhecer, respeitar e fazer valer esses direitos no cotidiano.

